VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM DESAFIO À HUMANIZAÇÃO DO PARTO E AOS DIREITOS DAS MULHERES

OBSTETRIC VIOLENCE: A CHALLENGE TO THE HUMANIZATION OF CHILDBIRTH AND WOMEN'S RIGHTS

Nicole Fagundes Oliveira[1]
Geovana Pereira de Paula[2]
Maria Eduarda Silva Lima[2]
Marcela Reis Duarte Salles Pimenta[2]
Vitória Nogueira Rocha[2]
Luá Cristine Siqueira Reis[3]

A violência obstétrica compromete a dignidade e o bem-estar das mulheres durante o parto, caracterizando-se por condutas desumanizadas que limitam sua autonomia. Muitas gestantes são submetidas a intervenções sem consentimento informado, desrespeitando seu direito de decisão sobre o próprio corpo. A Defensoria Pública de São Paulo define essa prática como a apropriação do corpo feminino por profissionais de saúde, restringindo sua autonomia. No entanto, o Brasil ainda não possui uma legislação específica para combater essa prática, ao contrário de países como Argentina e Venezuela. A luta pelos direitos das mulheres ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Apesar disso, ainda persistem práticas obstétricas inadequadas, como a padronização do parto e o aumento de cesarianas desnecessárias. Para mitigar esses problemas, o Ministério da Saúde criou a Rede Cegonha, incentivando boas práticas, como o direito ao acompanhante e o contato precoce entre mãe e bebê. Entretanto, intervenções prejudiciais ainda são frequentes. Este estudo analisa as questões éticas relacionadas ao consentimento informado e às práticas abusivas da violência obstétrica. Esta pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica em bases de dados eletrônicas, como SCIELO, PUBMED e LILACS, para compreender a extensão do problema e possíveis soluções para a humanização do parto no Brasil. Pesquisas indicam dados variados sobre a prevalência desse problema. A Fundação

[1] Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros, campus Trindade. Email: nicolefagundesoliveira@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário de Mineiros, campus Trindade.
[3] Docente adjunta do Centro Universitário de Mineiros, campus Trindade. Email: luacristine@unifimes.edu.br

Perseu Abramo (2010) apontou que 25% das mulheres que passaram por parto relataram experiências de violência obstétrica. Já a pesquisa Nascer no Brasil I (2011/2012) revelou que 45% das mulheres enfrentaram ao menos um ato de violência obstétrica, como desrespeito, falta de informação e procedimentos inadequados. Estudos regionais indicaram prevalências de 18,3% em Pelotas e 62,2% em Ribeirão Preto (1978/79 e 1994), embora apenas 8,3% das entrevistadas se reconhecessem como vítimas. O acesso à informação é essencial para prevenir e combater essa forma de violência. A educação em saúde durante o pré-natal permite que gestantes reconheçam práticas abusivas e exijam seus direitos. Além disso, o ciberativismo desempenha um papel fundamental na disseminação de informações e no incentivo a debates sobre o tema, fortalecendo a luta contra essa violência. Outro fator crucial é o direito à presença de um acompanhante durante o parto, garantido pela Lei nº 11.108/2005. A presença de um parceiro, familiar, amigo ou doula proporciona benefícios físicos e emocionais para a mulher, reduzindo o medo e a ansiedade. No entanto, muitas gestantes desconhecem esse direito e acabam enfrentando o parto sozinhas, tornando-se mais vulneráveis à violência obstétrica. A violência obstétrica é uma violação dos direitos humanos que compromete a dignidade da mulher no momento do parto. Apesar dos avanços, como a criação da Rede Cegonha, ainda há desafios a serem superados, especialmente no combate a práticas médicas desnecessárias e na implementação de uma legislação específica para essa forma de violência. O respeito ao consentimento informado, a capacitação dos profissionais de saúde e a conscientização da sociedade são fundamentais para garantir que todas as mulheres vivenciem o parto de maneira digna, respeitosa e segura.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Saúde da Mulher. Direitos da Mulher. Assistência ao Parto.

Keywords: Obstetric Violence. Women's Health. Women's Rights. Obstetric Care.